

L E I Nº 1.450/82

Data: 09 de dezembro de 1982.

Súmula: Dispõe sobre a Taxa de Iluminação Pública e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - A Taxa de Iluminação Pública, criada pela Lei Municipal nº 1.248/75, de 08 de dezembro de 1975, destina-se a atender as despesas de consumo de energia elétrica, operação, manutenção e melhoramento dos serviços de iluminação pública prestados por esta descrição.

Art. 2º - A Taxa de Iluminação Pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços mencionados no artigo 1º, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição, em vias ou logradouros públicos.

Art. 3º - A Taxa será devida pelos proprietários, titulares de domínio útil e ocupantes de imóveis urbanos, beneficiados ou que venham a se beneficiar, direta ou indiretamente, com o serviço de iluminação pública.

Art. 4º - O valor do tributo será apurado com base em alíquotas da tarifa de Iluminação Pública vigente em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do exercício financeiro de sua arrecadação.

Art. 5º - A arrecadação da Taxa sobre os imóveis ligados diretamente à rede de distribuição de energia elétrica será feita pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, através de parcelas mensais, calculadas em função da faixa de consumo próprio mensal de energia do contribuinte, conforme tabela abaixo:

FAIXA DE CONSUMO MENSAL DO	ALÍQUOTA MENSAL DA TARIFA DE
----------------------------	------------------------------

CONTRIBUINTE (KWH)	ILUMINAÇÃO PÚBLICA (EM Cr\$/MWH)
De 0 a 30	1,687%
De 31 a 50	3,004%
De 51 a 70	6,186%
De 71 a 90	8,307%
De 91 a 120	9,720%
De 121 a 200	11,215%
De 201 a 350	12,195%
De 351 a 600	12,548%
De 601 a 1.000	15,022%
Acima de 1.000	15,906%

Parágrafo Único – A Tarifa de Iluminação Pública correspondente ao valor pago pela Prefeitura Municipal pelo consumo de energia em iluminação pública.

Art. 6º - A arrecadação da Taxa de Iluminação Pública em relação aos imóveis não ligados à rede de distribuição de energia será feita diretamente pela Prefeitura juntamente com o imposto predial e territorial urbano e será cobrada mediante a alíquota anual de 0,70% (setenta centésimos por cento) do valor de referência criada pela Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1973, vigente no mês da competente.

Art. 7º - Ficam excluídos da cobrança da Taxa de Iluminação Pública os consumidores rurais e os órgãos públicos Municipais.

Art. 8º - A fim de dar cumprimento ao disposto no artigo 5º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Companhia Paranaense de Energia de arrecadação e controle da Taxa de Iluminação Pública, bem como os serviços de manutenção do Sistema de Iluminação Pública nas localidades atendidas pela Empresa concessionária.

Art. 9º - O produto de arrecadação mensal, efetuada pela COPEL será por esta contabilizado em conta própria, a qual fica desde logo autorizada a utilizar os montantes arrecadados na liquidação total ou parcial da faturas de fornecimento de energia elétrica e custos de manutenção, expansão e melhoramento dos sistema de iluminação pública do Município.

Art. 10 - Os servidores de arrecadação da Taxa e controle das contas serão desempenhados pela COPEL sem ônus para o Município.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 09 de dezembro de 1982.

Moacyr Castanho Filho

Prefeito Municipal